



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COLEGIADO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

ARIANA DOS SANTOS

AS ÍNDIAS VÃO À LUTA: A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES
INDÍGENAS EM MUTIRÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MOVIMENTO
INDÍGENA DO BAIXO OIAPOQUE.

OIAPOQUE – AP
2015

ARIANA DOS SANTOS

AS ÍNDIAS VÃO À LUTA: A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES
INDÍGENAS EM MUTIRÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MOVIMENTO
INDÍGENA DO BAIXO OIAPOQUE

Artigo apresentado em banca de
examinação de Trabalho de Conclusão
de Curso como requisito para conclusão
do Curso de Licenciatura Intercultural
Indígena, com habilitação em Ciências
Humanas, orientado pelo Prof. Tadeu
Lopes Machado.

OIAPOQUE-AP
2015

ARIANA DOS SANTOS

AS ÍNDIAS VÃO À LUTA: A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES
INDÍGENAS EM MUTIRÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O MOVIMENTO
INDÍGENA DO BAIXO OIAPOQUE

Trabalho apresentado em banca de
examinação como pré-requisito para
obtenção do título de graduada em
Licenciatura Intercultural Indígena, com
habilitação em Ciências Humanas, pela
Universidade Federal do Amapá.

Data da defesa: 11/01/2016

Banca Examinadora:

Prof. Tadeu Lopes Machado

Orientador (UNIFAP): _____

Profª. Evilânia Bento da Cunha

Membro (UNIFAP): _____

Profª. Meire Adriana da Silva

Membro (UNIFAP): _____

À minha mãe Constância M. dos Santos,
meu pai Teodoro dos Santos e também
aos outros membros da família que
sempre me apoiaram no estudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me iluminado e abençoado quanto aos dias desta caminhada de estudo.

À Universidade Federal do Amapá – Campus Oiapoque – por me oferecer o espaço onde pude concluir a minha formação em Ciências Humanas.

Aos companheiros de caminhada e ao sobrinho Tyrone dos Santos e Maxwara dos Santos Cardoso em especial pelos momentos de ajuda e pensamentos positivos, para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

Também ao professor Tadeu Lopes Machado que, por meio de sua orientação ajudou-me na construção do meu TCC.

As índias vão à luta: A trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do Baixo Oiapoque

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a importância do envolvimento e do protagonismo feminino no movimento indígena. O estudo se propõe relatar a história e a importância do movimento das mulheres indígenas de Oiapoque, organizadas na Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM. O método a ser levantado é sobre o movimento indígena no Brasil e no Oiapoque de uma forma geral, e posteriormente procuro fazer uma análise de como essas mulheres indígenas se organizam politicamente dentro da AMIM. No segundo momento trato da trajetória histórica da associação e a importância que ela tem na organização dessas mulheres. O desenvolvimento do trabalho foi construído a partir de análise da ata do estatuto, entrevistas com mulheres que fazem parte da diretoria da associação e do movimento indígena, e pesquisas bibliográficas para sustentar teoricamente o trabalho acadêmico. Minha intenção de escrever sobre a associação das mulheres indígenas de Oiapoque é deixar registrado os momentos de luta que essas mulheres tiveram para garantir seus direitos igualitário e universal na sociedade envolvente.

Palavras-chave: Movimento Indígena. Organização de Mulheres.

SUMÁRIO

1. INTRUDUCAO.....	06
2. AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL.....	09
3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO OIAPOQUE.....	15
4. O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO OIAPOQUE	22
5. A CONCEPÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MUTIRÃO E CONCLUSÃO DO TRABALHO	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1 - INTRODUÇÃO

A intensidade do movimento indígena no Brasil teve início na década de 1970, quando as grandes lideranças resolveram se unir e lutar pela garantia dos direitos indígenas. Nesse sentido, os homens eram os principais agentes desse processo, no qual participavam em assembleias que eram realizadas nacionalmente, onde reuniam indígenas de todas as etnias do Brasil. Como resultado desse movimento, que reunia lideranças indígenas nacionais, seu maior fruto foi conquistado em 1988, na promulgação da Constituição Federal, com a garantia de vários direitos a todos os povos indígenas do Brasil.

Então, na década de 1980 as lideranças indígenas do município de Oiapoque, após a constituição de 1988, começaram a reivindicar os direitos que já estavam garantidos, e em consequência disso, conseguiram a homologação e demarcação de todas as reservas indígenas localizadas no município de Oiapoque. Atualmente os indígenas do município de Oiapoque estão cada vez mais organizados e lutando em prol de seus direitos.

Para entender a trajetória de luta dos povos indígenas em busca da garantia de seus direitos, o presente artigo analisa como se iniciou o movimento das mulheres indígenas do município de Oiapoque e qual é a importância da associação de mulheres indígenas.

A proposta de pesquisa surgiu a partir da minha atuação no movimento desde o ano 2006, inicialmente apenas participando das Assembleias da entidade realizadas no município de Oiapoque, e logo depois passando a assumir a diretoria da AMIM, em Outubro de 2009. Essa atuação política fez com que eu percebesse que a proposta da Associação é bastante pertinente e que merece ser destacada no rol dos movimentos sociais no município de Oiapoque e organizada em um trabalho acadêmico.

O objetivo da atual proposta, além de resgatar a trajetória da Associação é também mostrar a importância da entidade para o movimento das mulheres indígenas de Oiapoque, os motivos que as levaram a fundá-la, além de registrar coerentemente a história da organização das mulheres indígenas, frente às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mesmas.

O presente trabalho tem o objetivo, portanto, de enfatizar a trajetória histórica do movimento das mulheres indígenas do município de Oiapoque/AP, acompanhando o desenvolvimento e consolidação da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão,

além de demonstrar a importância do movimento indígena, em especial, a trajetória pela qual passou a luta das mulheres indígenas para fundar uma associação, apresentando a forma de organização, de como funciona e as dificuldades encontradas para desenvolver os trabalhos dentro da associação.

Em síntese, metodologicamente a pesquisa ocorreu pela abordagem qualitativa descritiva – analítica, por meio das seguintes técnicas de coletas de dados: 1) aplicação de entrevista semiestruturada com três (3) presidentas; 2) levantamento documental junto a AMIM, contemplando a ata e estatuto da associação.

Esse artigo está estruturado em quatro tópicos, os quais contemplam os seguintes aspectos:

No Primeiro tópico, intitulado, “as contribuições do movimento indígena no Brasil a partir da década de 1970”, desenvolvo uma abordagem histórica sobre a trajetória inicial do movimento indígena nacional, aprofundando nas conquistas alcançadas ao longo dos anos.

No segundo tópico, intitulado “a organização política dos povos indígenas da região do Oiapoque e suas conquistas a partir da década de 1970”, elaboro uma revisão de literatura acerca de estudos e documentos legais sobre a organização política, enfatizando a luta e os principais frutos conquistados pelas lideranças indígenas do município de Oiapoque.

Já o terceiro tópico, intitulado “início do movimento de mulheres indígenas na região de Oiapoque”, foi estruturado a partir do conhecimento sobre a trajetória pela qual passou as mulheres indígenas, até se inserirem no movimento indígena e fundar uma associação.

No quarto tópico, intitulado “a concepção gestora sobre a organização e funcionamento da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão”, foi organizado a partir da construção de pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, contendo o tipo de abordagem, amostra e análise de dados coletados, concluindo com os resultados obtidos em relação à situação da AMIM e a concepção das mulheres sobre a situação pela qual atualmente está passando a Associação.

No ano de 1980 algumas mulheres indígenas começaram a conversar com a Irmã Rebecca¹sobre a necessidade de ofertar alguns cursos na área de corte-costura e pintura de tecido. O objetivo inicial destas mulheres era a necessidade de fortalecer e organizar

¹ Missionária da Igreja Católica, ligada ao Conselho Indigenista Missionário- CIMI, que desenvolve atividades pastorais na região indígena de Oiapoque desde o ano de 1979.

o trabalho das mulheres indígenas, para que houvesse o retorno de uma renda para ajudar em sua subsistência e impoderamento. Segundo relatos da Irmã Rebeca², a ideia inicial não era criar uma associação, mas de garantir a dignidade das mulheres indígenas através de seu sustento.

Depois disso um servidor da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, percebendo a iniciativa das primeiras conversas entre a freira e as indígenas, demonstrou interesse em fundar uma associação. No entanto, irmã Rebeca questionou tal iniciativa, dizendo que, *“quem deveria tomar tal responsabilidade seriam as próprias mulheres indígenas”*, a religiosa ainda ressalta *“Um de vocês ou eu não podemos dizer: ‘vamos fundar uma associação’. Ou nasce das mulheres ou não vai ser válido”*.

Contudo, depois de perceber essa ameaça à autonomia das mulheres, Rebeca orientou as indígenas a se anteciparem e passou a encorajá-las para a criação da associação.

Então, assim começou. Depois de todas as articulações feitas, as mulheres fizeram a primeira assembleia em maio do ano de 2006 para eleger a diretoria da associação, e assim foi fundada a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão com o propósito maior, inicialmente, de buscar legitimar e organizar o trabalho dessas mulheres.

A AMIM é organizada a partir da participação de mulheres das quatro etnias de Oiapoque, quais sejam: Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kalinã, que estão localizadas nas três terras Indígenas da região: Uaçá, Galibi e Juminã, todas no município de Oiapoque, estado do Amapá – Brasil.

De acordo com o estatuto (2006), a AMIM, tem por objetivo: promover o respeito e valorizar as mulheres indígenas, bem como, apoiar a participação nos conselhos comunitários; lutar contra a desvalorização e violência cometida contra as mulheres indígenas, ajudar e melhorar a associação; privilegiar a educação, formação e profissionalização das mulheres; Desenvolver a capacidade artística e cultural das mulheres indígenas com as atividades de artesanatos, tecelagem, cerâmica, corte-costura e outras; Cuidar para que a saúde das mulheres tenha uma atenção especial.

Além desses pontos que envolvem especialmente as mulheres indígenas, a AMIM objetiva também lutar por outras pautas, de acordo com o estatuto da AMIM em Art. 3º, Incisos VI VII e VIII (2006, p. 2),

² Informação obtida através de conversa informal com Irmã Rebeca, em fevereiro de 2015.

Zelar pela produção, valorização e comercialização dos produtos indígenas: artesanato, agricultura, e extrativismo; manter intercâmbio e parceria com outras organizações indígenas e não indígenas em nível estadual, regional, nacional e internacional; representar e defender judicial e extrajudicialmente os interesses das mulheres indígenas, bem como o meio ambiente e o patrimônio artístico, estético, histórico paisagístico e cultural.

Dessa forma, considero que o movimento popular tem uma importância fundamental para a sociedade, principalmente para as minorias sociais, e incluem-se aqui as populações indígenas, e mais ainda, as mulheres indígenas. Organizar esses movimentos, fazer com que eles tragam para o convívio social melhorias no campo do reconhecimento de direitos das populações indígenas, é de suma importância para a manutenção da cultura tradicional, fortalecimento da identidade e da autoestima, resistência ao patriarcado e principalmente para a aglutinação de força política que vem da base da sociedade, capaz de mudar concepções e/ou colocar as concepções hegemônicas em questionamento.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL

O objetivo deste tópico do trabalho se concentra em mostrar as contribuições do movimento indígena no Brasil para as conquistas de seus direitos. Também trago para discussão a importância da organização autônoma e independente dos indígenas para a reivindicação de direitos nos campos da educação, saúde, terra, território e demais serviços voltados especificamente para a população indígena do estado brasileiro.

As primeiras mobilizações indígenas que ocorreram na movimentada década de 1970 foram permeadas por demandas relacionadas com o território indígena. O movimento indígena que começa a se constituir nesse período, se coloca em uma posição diferente das políticas indigenistas oficiais do Estado brasileiro, executadas nesse período pela FUNAI. Principalmente porque, uma das estratégias do movimento nascente era se desatrelar do regime tutelar, buscando sua autonomia. (OLIVEIRA, 2006).

João Pacheco de Oliveira (2006) ainda afirma que no ano de 1974 ocorreu a 1ª Assembleia nacional de líderes indígenas, na Missão Anchieta, na cidade de Diamantino (MT), apoiada e organizada pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Nesse período o CIMI apoiou 16 assembleias nacionais de povos indígenas. Seu apoio foi fundamental para que os eventos ocorressem, já que, estando em pleno regime militar, o

governo dificultava ou impedia a participação indígena e até mesmo a realização das assembleias, como ocorreu em Roraima em 1976.

A partir dessa forte experiência dos indígenas na década de 1970, os indígenas do Brasil começaram a criar suas organizações representativas, para continuar a articulação do movimento indígena perante os povos e organizações indígenas e não-indígenas nacionais e internacionais. A partir daí pode-se falar no início do movimento indígena organizado no Brasil.

O conceito de movimento indígena para os próprios índios, de acordo com Baniwa (2006, 58) é: “Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”.

Dessa forma, o conceito de movimento indígena está estruturado segundo a vivência política dos índios, que, a partir dessa estratégia de se unirem para reivindicar seus direitos, passam a ter força entre si e apoio da sociedade civil organizada, pois,

O líder indígena Daniel Munduruku costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer *índios em movimento*. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento (BANIWA, 2006, p.59).

É importante ressaltar, que durante o início do movimento indígena as lideranças enfrentaram diversas dificuldades, porém, em momento algum chegaram a desistir, mesmo pelo fato do governo desenvolver uma política de contraposição aos direitos indígenas. Essas lideranças não mediram esforços para estar em movimentos, sempre firmes e fortes lutando em prol de seus direitos. Isso significa que enquanto existir indígenas na sociedade vai haver sempre movimentos em busca de seus direitos perante o estado brasileiro.

Assim sendo, durante muitos anos os indígenas foram manipulados pelo governo brasileiro e por entidades que tinham por objetivo negar os seus direitos, tentando integrá-los à sociedade nacional, como afirma Grupioni (2001, p. 41):

A ideia da integração firmou-se na política indigenista brasileira, desde o período colonial até o final dos anos 1980. A política integracionista começava por reconhecer a diversidade das sociedades indígenas que havia no país, mas apontava como ponto de chegada o fim dessa diversidade. Toda diferenciação étnica seria anulada ao se incorporar os índios à sociedade nacional. Ao tornarem-se brasileiros, tinham de abandonar sua própria identidade.

Logo, se percebe que a política integracionista, desenvolvida historicamente pelo governo brasileiro, foi um fator primordial para intensificação do movimento indígena. A partir daí várias lideranças, inconformadas com a política de integração, começaram a participar de grandes movimentos com o propósito de resistir e reverter essa situação. Nesse sentido, várias entidades de apoio aos povos indígenas foram sendo criadas. Como nos afirma Munduruku (2012, p. 209): “Prezados parentes, vimos até agora que o surgimento do movimento indígena brasileiro nasceu com a conjuntura política e social que eclodiu no Brasil a partir de 1970”.

Como dizem as lideranças indígenas, de fato existe sim um movimento indígena, que busca destacar em conjunto as grandes demandas diversificadas das populações indígenas tanto nacional como regional. Baniwa (2006, p. 59), afirma que:

No Brasil, existe de fato, desde a década de 1970, o que podemos chamar de movimento indígena brasileiro, ou seja, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos.

A partir do momento em que as lideranças indígenas começaram a se despertar para a importância do movimento indígena, houve muitas mudanças, e com a organização indígena vários direitos foram sendo conquistados. Tanto é que em decorrência dos movimentos, os indígenas foram se mobilizando e se apropriando aos assuntos formais dos brancos, pois, hoje somos capazes de reivindicar nossos direitos através de diálogos entre aliados e sociedade civil, tanto regional quanto nacional.

É necessário destacar também que os povos indígenas têm duas maneiras de se organizar. Existe a organização tradicional e a formal. Dessa forma eles ficam mais organizados e preparados para defender seus direitos perante o estado brasileiro. No entanto, cada povo tem suas próprias organizações tradicionais, coletivas e individuais. Baniwa (2006, p. 62) explica melhor essa diferenciação:

As organizações tradicionais seguem orientações e regras de funcionamento, de relações e de controle social a partir das tradições de cada povo. Isso permite que tais organizações sejam mais dinâmicas, plurais, descentralizadas, transparentes, ágeis e flexíveis. As decisões são tomadas de forma coletiva ou por meio de acordos entre os subgrupos que compõem o povo.

Já a organização formal “É a organização de caráter jurídico, formal, de modelo não-indígena. Existe um modelo quase único ou semelhante àquele com estatuto social, assembleias gerais, diretoria eleita, conta bancária e que deve ao Estado satisfação [...]” (BANIWA, 2006, p. 64).

Assim sendo, entende-se que o movimento indígena resultou na criação de várias organizações, com a finalidade de articulação das políticas indigenistas, onde cada Estado da federação tem seus líderes que são responsáveis pelo movimento e pelas organizações existentes.

Ainda seguindo os estudos de Baniwa (2006, p.67) “Atualmente, existem no Brasil mais de 700 organizações indígenas formais de diferentes níveis (comunitárias, locais e regionais) e naturezas (de povos, de categorias profissionais, geográficas, de gênero, sindicais, etc.)”. Podemos entender que todas essas organizações que estão cada vez mais sendo criadas é puro resultado dos movimentos iniciais que aconteceram na década 1970.

Também é indispensável destacar a grande ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em relação à questão das lutas a favor dos povos indígenas. O CIMI e o Movimento Indígena criaram uma força política bem estruturada e dinâmica, que até os dias de hoje nas grandes assembleias indígenas o CIMI é um parceiro muito lembrado e participativo nos momentos de decisões políticas para a vida dos povos indígenas.

Para Baniwa (2006, p. 72) “[...] o CIMI, tem o importante papel político de articulação, apoio, divulgação e denúncia de questões relativas à violação dos direitos indígenas, e é um importante aliado dos movimentos indígenas”.

Desde o início até os dias atuais, as assembleias são de grande importância para os povos indígenas. Na década de 1970 muitos povos não tinham contato entre si, então, as assembleias serviram como linha de ligação entre os povos de várias regiões do Brasil. Nas assembleias são discutidas as principais questões como: saúde, educação, meio ambiente, entre outros. Então, durante uma assembleia, os povos indígenas conseguem discutir em conjunto os principais problemas e no final são elaborados vários documentos a serem encaminhados aos poderes públicos.

As assembleias indígenas permitiram o conhecimento da diversidade de povos e culturas indígenas existentes no Brasil. Enquanto aprendiam sobre os diferentes modos de viver – as línguas, as culturas, as crenças – também instrumentalizavam a categoria “índio” para unificar reivindicações e lutas por direitos. (OLIVEIRA, 2006, p.193).

Além do CIMI, o movimento indígena também contou com o apoio de outras entidades que foram criadas com o objetivo de dar apoio e sustentação à luta dos povos indígenas, onde se destaca a criação da União das Nações Indígenas – UNIND, em 1980 primeiramente e depois a sigla passou a ser UNI, não mudando a nomenclatura. Na

época a UNI se torna uma entidade de grande importância para os povos indígenas, sendo a primeira organização nacional, fruto do movimento indígena e que foi dirigida por uma comissão de líderes indígenas.

Após a UNI o movimento influenciou a criação de outras entidades de apoio, como o Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo (CTI), Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), além de suscitar a participação de várias pessoas politizadas da sociedade como: estudantes, artistas e intelectuais militantes brasileiros. (MUNDURUKU, 2012).

Além das entidades de apoio, várias outras organizações ou associações indígenas foram sendo criadas em diversas regiões do Amazonas, onde se concentram a maior parte dos povos indígenas do Brasil. Nesse caso, são organizações locais, regionais e nacionais, de categorias profissionais. Como demonstra Oliveira (2006, p. 196) que após a Constituição Federal, a UNI perdeu força enquanto dezenas de associações locais e regionais eram criadas, como o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), a União das Nações Indígenas do Acre (UNI-Acre), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), entre outras, bem como uma articulação mais geral – a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Hoje são muitas as organizações indígenas no Brasil. De acordo com Baniwa (2006), se em 1970 não existia nenhuma associação reconhecida, em 2001 elas já somavam 347 somente na Amazônia legal.

Nesse sentido, essas organizações foram criadas para dar apoio às questões relacionadas aos povos indígenas, onde através dos referidos movimentos, as próprias lideranças indígenas foram protagonistas e atualmente são autônomos no que diz respeito à administração das organizações e muitos líderes são membros de entidades de apoio aos povos indígenas.

Logo, essa estratégia que os povos indígenas tiveram de movimento indígena articulado regional e nacionalmente, foi uma excelente forma para lidar com as contradições de visão congelada que a sociedade nacional tem ao olhar para os povos indígenas, em falar que o índio é selvagem, burro e preguiçoso e que só sabe resolver as coisas brigando e não conversando. Essa visão estereotipada do branco não deu muito certo, só fez com que os povos indígenas se fortalecessem cada vez mais em suas lutas coletivas pelos seus direitos assim conquistados na Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, é imprescindível ressaltar, que as lideranças indígenas foram grandes protagonistas dessas conquistas que ocorreram a partir de muitas reuniões e conversas de articulação em busca de seus direitos, sendo que, “Foi esse movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar, em 1988, os avançados direitos indígenas na atual Constituição Federal”. (BANIWA, 2006, p.59)

Para reforçar, destaco a importância da atuação do líder Ailton Krenak para o movimento indígena que muito contribuiu para grandes conquistas acerca dos direitos indígenas, se tornando um protagonista ao participar da aprovação da nova Constituição Federal de 1988, onde, segundo Munduruku, o referido líder,

Durante a assembleia constituinte, discursou para o plenário do congresso nacional e, no decorrer de sua fala, foi pintando o rosto de negro com tinta de jenipapo, em sinal de luto pelos encaminhamentos negativos aos direitos indígenas que estavam sendo feitos. Seu gesto foi determinante para novas tomadas de posição da bancada pró-índio e culminou com a aprovação do capítulo 231 da Constituição Federal, demarcando um novo tratamento da política indigenista nacional. (MUNDURUKU, 2012, p.79)

Portanto, após a aprovação da nova constituição, muitos direitos foram assegurados aos povos indígenas e com isso, só intensificou o movimento. Tendo em vista que as lideranças tiveram mais coragem de encarar os órgãos públicos na cobrança dos direitos, ou seja, atualmente pode-se dizer que os povos indígenas são autônomos na tomada de decisão quanto às suas demandas.

Então, na década de 1990, o número de organizações indígenas formais começou a aumentar, todas institucionalizadas e legalizadas por todo o Brasil. Essas organizações começaram a assumir algumas responsabilidades na qual era de competência do Estado, mas, que, em alguns momentos deixou de atendê-los, como a questão da educação, saúde e auto sustentação. Também ficaram em responsabilidade das organizações indígenas outras competências a se resolver, como aquelas direcionadas ao discurso étnico do desenvolvimento “etno-sustentável” e da autogestão territorial.

Portanto, pode-se afirmar que, por muitos e muitos anos ainda existirá povos e organizações indígenas lutando incansavelmente por seus direitos e respeito na sociedade. Enfim, os direitos assegurados na constituição, geraram várias mudanças no que diz respeito aos povos indígenas, fazendo com que os mesmos se tornem mais autônomos em seus projetos de futuro, e assim garantam o alargamento dos espaços perante a sociedade brasileira.

3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO OIAPOQUE

Oiapoque localiza-se no norte do Estado do Amapá, também extremo norte do Brasil, município que faz fronteira com a Guiana Francesa. Nessa região localizam-se três terras indígenas: Uaçá, homologada pelo Decreto 298, de 29 de outubro de 1991; Juminã, homologada pelo decreto de 21 de maio de 1992; e Galibi, homologada pelo decreto Nº 87.844, de 22 de novembro de 1982. Todas estão, portanto, juridicamente demarcadas e homologadas, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

A terra indígena Uaçá tem 470.164 hectares, a terra indígena Juminã com 41.601 hectares e a terra indígena Galibi com 6.889 hectares, nas quais habitam quatro etnias indígenas: Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kalinã, “somam uma população de aproximadamente sete mil índios, distribuídas em trinta e oito aldeias localizadas nos rios urukauá, Oiapoque, Uaçá, Juminã, Curipi e ao longo da BR-156” Andrade (2009, p. 9), sendo que cada etnia ou aldeia tem seus costumes. No entanto, todas têm alguns objetivos em comum, como: Educação, Saúde, Subsistência, Território, Meio Ambiente, entre outros. Essas demandas são sempre discutidas em conjunto entre as etnias, em momentos de assembleias e outras reuniões.

A organização política dos quatro grupos indígenas do Oiapoque teve início na década de 1970. Nessa época, a principal preocupação era com relação às terras que ainda não estavam demarcadas e conseqüentemente ocorria com frequência invasões dos não-índios. Nesse sentido, as lideranças começaram a se preocupar com o referido problema, onde buscaram apoio da recém-criada Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atuando nos postos indígenas (PI) e da atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na representação do Pe. Nello Ruffald, sendo que o mesmo se tornou uma referência para o movimento e um grande aliado das lideranças indígenas do município de Oiapoque, no que diz respeito à luta pelos seus direitos.

Segundo “O Mensageiro”³ (1997), foi a partir das assembleias de lideranças indígenas que iniciaram em 1974, idealizadas pelo CIMI, mas que depois foram assumidas pelos próprios índios, que vários povos, que não tinham contatos entre si, passaram a socializar seus problemas e descobrir formas articuladas para solucioná-los. Então, durante as assembleias nacionais eram discutidos os principais problemas

³ Jornal de circulação do CIMI

enfrentados pelos povos indígenas de todo Brasil, sendo que foi a partir das assembleias em nível nacional que os povos indígenas começaram a se organizar politicamente em busca de garantia de seus direitos, o que acabou resultando com êxito na nova Constituição Federal de 1988, onde foram assegurados vários direitos aos povos indígenas do Brasil, conforme destacado no tópico anterior.

Com o intuito de assegurar seus direitos, as lideranças indígenas do município de Oiapoque começaram a se unir e participar do movimento indígena em nível nacional. Inicialmente se fizeram presentes na segunda assembleia nacional, realizada em Cururu-PA, em 1975, o líder da etnia Karipuna, Manoel Primo dos Santos e o líder da etnia Galibi Kalinã, Geraldo Lod, acompanhados por Pe. Nello Ruffald.

Ao retornarem da assembleia nacional, após reunião com as lideranças, surgiu a ideia de se realizar uma assembleia regional dos povos indígenas de Oiapoque. Com base no relatório da assembleia de (1976), a primeira assembleia regional foi realizada na aldeia Kumarumã, terra indígena Uaçá, nos dias 22 e 23 do mês de setembro de 1976. Com a participação dos líderes e demais representantes de cada aldeia, bem como a presença dos representantes dos três postos indígenas da FUNAI, na pessoa de Djalma, Cícero e Frederico, e o coordenador representante do CIMI, na pessoa de Padre Nello Ruffald.

Faz-se necessário destacar que as primeiras assembleias regionais foram idealizadas pelo CIMI, organizada pelo Pe. Nello Ruffald, porém, sempre teve o acompanhamento das lideranças indígenas do município de Oiapoque.

Nessa primeira assembleia, foi priorizada com atenção a questão da demarcação da reserva indígena da região de Oiapoque. O assunto demarcação das terras foi priorizado devido à invasão dos não índios nas proximidades das aldeias, tanto na prática da pesca como na caça e usufruindo da própria terra, bem como a preocupação em decorrência da BR-156 que estava chegando ao Oiapoque, que, neste caso poderia trazer sérios problemas para os povos indígenas.

Tanto que, Luís Soares, filho do líder indígena Manoel Primo dos Santos, da etnia Karipuna, da aldeia Santa Izabel, rio Curipi, com base no relatório da assembleia de (1976) argumenta, que esta é uma reunião histórica, pois, é a primeira vez, que estamos reunidos em assembleia para discutir os problemas e tomar decisões. O problema da nossa terra é muito sério, podemos perdê-la. Muitos de nós estamos dormindo, porque não sabem, aliás, não conseguem entender que o índio pode perder a sua terra. Amigos, estou dizendo, temos que nos unir e lutar e juntos.

Sendo o problema da terra um dos assuntos mais discutidos, durante a primeira assembleia, saiu como resultado satisfatório, no final, uma carta redigida para o presidente da FUNAI de Belém solicitando urgentemente a demarcação da reserva indígena. Como nos mostra um trecho da carta escrita no relatório da primeira assembleia:

Senhor presidente até agora assistimos a invasão ilimitada da nossa reserva como a instalação de uma fazenda de bufalinos perto da aldeia Galibi, bem como, invasão de caça e pesca, também poderemos ter conflitos e sofrer sérios problemas trazidos para a nossa área logo que a rodovia BR 156 esteja transitada e as terras loteadas, apresentamos o pedido no sentido de V. excia tomar as providências para que nossa reserva seja demarcada. (RELATÓRIO ASSEMBLEIA, 1976, p. 2)

Portanto, a primeira assembleia teve um marco histórico, sendo o ponto inicial do movimento indígena do município de Oiapoque, tendo em vista que as assembleias sempre tiveram o propósito de ajudar as lideranças a se organizarem melhor nas lutas e assim obterem êxito na conquista dos seus direitos, se tornando de grande importância para os quatro povos, que a partir de então começaram de fato a se organizar politicamente.

Logo, a década de 1980 foi marcante para todos os povos indígenas, não só do Amapá, mas, de todo Brasil, conforme vimos no tópico anterior, onde várias lideranças indígenas do Oiapoque participaram ativamente na mobilização indígena em Brasília no mês de março e abril de 1988, a fim de garantir seus direitos na nova Constituição. A partir de então o movimento indígena da região de Oiapoque se intensificou. Tanto é que após a Constituição, com vários direitos assegurados, na década de 90, obteve-se a conquista mais esperada pelos povos indígenas do Oiapoque, como afirma Tassinari, (2003, p. 377) “Nos anos de 1990, a organização indígena rendeu vários frutos, os quais trouxeram novos rumos às assembleias [...]”. Neste sentido, o fruto mais importante e resultado de muita luta, foi a homologação definitiva de todas as três reservas indígenas em 1992, o que fez os povos indígenas ficarem mais tranquilos em questão da fiscalização de seus espaços, com isso foram criando mais força e autonomia, tanto é que no mesmo ano aconteceu outra grande conquista, que foi a criação da Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO), para representar os quatro povos, pois,

A APIO foi a primeira organização indígena a se estruturar na região. Fundada em 1992, ela congrega representantes de todos os povos indígenas do Oiapoque (Karipuna, Galibi, Galibi-Marworno e Palikur). Anualmente, a APIO realiza assembleias que reúnem representantes de todos esses povos e,

a cada dois anos, uma parte das assembleias é aberta a autoridades governamentais e outros convidados. (GALLOIS & GRUPIONI, 2009, p.84)

Depois da criação da APIO, o movimento indígena se estruturou com mais força nas questões de organização e de cobranças ao Estado, pelo fato de ser uma associação representante dos quatro povos. As demandas de cobrança, no que diz respeito aos seus direitos eram mais respeitadas por parte do Governo do Estado, assim tudo se resolvia com mais agilidade. A associação foi uma entidade muito forte, sendo conhecida regional, nacional e internacionalmente.

No entanto, outras associações foram consecutivamente sendo criada, como em 2002, a Associação Galibi-Marworno (AGM); em 2005, a Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque (OPIMO); em 2006 a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), ainda em 2006, a criação da Comissão de Representantes dos Povos Indígenas do Oiapoque (CRPIO), que mais tarde passou a se chamar Conselho dos Caciques das Terras Indígenas do Oiapoque (CCPIO). E recentemente foram criadas outras organizações internas de cada etnia. Em 2009, Associação indígena Palikur (AIPA); também em 2009 a Organização Indígena da Aldeia Kumarumã (OINAK); e em 2010 foi criada a Associação Indígena Karipuna (AIKA).

Vale ressaltar que, de todas as organizações indígenas do Oiapoque a mais conceituada foi a APIO, por conseguir congregar todos os povos indígenas do Oiapoque e organizar um movimento forte, capaz de ter firmado vários convênios com o Governo do Estado do Amapá e com várias instituições, inclusive instituições internacionais, o que acabou resultando na concretização de vários projetos, pois,

O governo do estado passou a financiar projetos em todas as áreas sociais, ficando a cargo da APIO estabelecer as prioridades, gerenciar os projetos[...]. Para ter uma ideia do volume de trabalho realizado em parceria com o Governo do Estado do Amapá, em cinco anos a APIO construiu 14 escolas, 5 centros comunitários, 13 alojamentos para professores não índios, um alojamento para índios em trânsito em Oiapoque. Reformou e ampliou a casa de saúde do índio em Oiapoque, adquiriu 17 aparelhos de radiofonia, um carro para a casa de saúde do índio, um caminhão com capacidade para transportar até 12 toneladas da produção agrícola das aldeias para o Oiapoque. E ainda gerenciou o projeto de formação de professores Palikur [...] (RICARDO, 2000, p.393).

Porém, em 2009 com 17 anos de existência, a APIO foi totalmente desativada. Segundo o senhor Fernando Forte, liderança indígena da região, o motivo da

inexistência da associação foi a não prestação de contas, assim a mesma não podia mais receber recursos de projetos e manter-se.

Faz-se necessário também enfatizar a atuação da OPIMO, que apesar de pouco tempo de existência não obteve tanto êxito. Mas saliento sua importância porque, desde a década de 1980 os povos indígenas do Oiapoque lutam por uma educação escolar diferenciada com características próprias, onde os professores indígenas sejam responsáveis por conduzir o processo de ensino, ou seja, o desafio é fazer valer o direito a uma escola bilíngue, intercultural e diferenciada na prática, onde o conteúdo e metodologia estejam de acordo à realidade dos povos indígenas. E essa organização tinha esses princípios como objetivos norteadores.

Segundo O Mensageiro (2005) A OPIMO foi criada com o objetivo de garantir que se concretize o direito a uma escola bilíngue e intercultural numa prática de fato e que a mesma seja conduzida pelos próprios professores indígenas. Porém, não conseguiu se estabilizar por muito tempo, o que faz entender que o sonho da melhoria da educação escolar indígena por meio da OPIMO não obteve êxito.

O papel principal das associações é desenvolver convênios com órgão do governo e administrar projetos em benefício das suas próprias aldeias nas áreas de saúde, educação e outras demandas consideradas importantes. Vale ressaltar que por intermédio das associações as lideranças conseguem dialogar com mais facilidade com as autoridades e assim fazer concretizar projetos de futuro dos povos indígenas da região de Oiapoque.

Conseqüentemente, as associações criadas pelos povos indígenas de Oiapoque, são resultado da organização política das lideranças indígenas, que através de muitas lutas e conversas, conseguiram e ainda estão conseguindo concretizar seus direitos já garantidos na constituição de 1988.

Atualmente, os líderes indígenas estão mais organizados e juntos lutam em busca de melhoria dos principais problemas que os cercam. Tanto é que os caciques afirmam que,

Temos uma organização política forte. As lideranças dos quatro povos organizam desde a década de 1970 grandes assembleias nas quais discutimos nossos problemas e tomamos decisões para defender nossos direitos, na busca de melhoria na qualidade de vida, como saúde, educação e novas oportunidades econômicas aliadas a utilização racional dos recursos naturais. (MAZUREK, 2013, p.11).

Como resultado da organização política dos povos indígenas do Oiapoque, se destacam alguns dos frutos considerados importantes que foram conquistados graças ao esforço e empenho das lideranças, como: demarcação e homologação das três terras indígenas, Uaçá, Juminã e Galibi; criação de um Museu dos povos indígenas de Oiapoque (Kuahí); o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o curso de formação de professores indígenas nível médio, entre outras conquistas.

Além das organizações indígenas, a região de Oiapoque conta com a presença significativa do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, como parceiro nas articulações de formação diversas, e inclusive no âmbito político. Ana Paula Nóbrega da Fonte, coordenadora do Iepé no Oiapoque, relata sobre a chegada do Instituto na região e como trabalha em parceria com os povos indígenas de Oiapoque.

“O Iepé como instituição chegou ao Oiapoque a partir do ano 2002, principalmente com os trabalhos de pesquisa da professora Lux Vidal e dos trabalhos dos alunos orientandos dela. Mas o Instituto veio se consolidar em Oiapoque em 2007, com a criação do programa Oiapoque.”

O programa Iepé no Oiapoque tem um papel bastante importante diante das especificidades como os próprios povos indígenas estão organizados nesta região, e a maneira que eles se articulam com diversas instituições para executar suas propostas de planejamento participativo. Então desde 2008 o Iepé vem contribuindo com esses processos que culminaram na elaboração de dois documentos bastante importantes que são, o plano de vida dos povos e organizações indígenas de Oiapoque, e depois um outro documento que deriva desse primeiro que é o programa de gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

O papel do Iepé nessas duas atividades de elaboração desses documentos foi de ajudar a articular as instituições que contribuíram tanto na elaboração quanto aquelas que tem contribuído também na implementação desses planos.

O Iepé tem aqui a tarefa e a missão de ajudar a articular as organizações que trabalham com povos indígenas ou que buscam trabalhar com esses povos, porque, além da própria Funai, que tem essa responsabilidade como órgão indigenista do estado, nós somos hoje aqui o único órgão, a única organização indigenista com sede no município. Então a gente acaba assumindo um pouco essa tarefa também, assumindo com bastante satisfação. É uma coisa que a gente tem visto que contribui pro fluxo de trabalho de todas essas instituições. (Ana Paula Fonte, Oiapoque, 2015).

Outro ponto relevante que cabe ressaltar com relação a atividade articulada do movimento indígena da região, é o Plano de Vida do Povos Indígenas do Oiapoque, o qual foi construído pelos próprios povos indígenas de Oiapoque e parceiros: como ONGs, IEPÉ e FUNAI, onde destaca projetos para o futuro dos quatro povos indígenas, Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi kalinã.

O processo de construção do documento iniciou com oficinas de planejamento participativo do plano de vida nos meses de setembro a novembro de 2008, que ocorreram em cinco encontros, uma oficina em cada região (Rio Oiapoque, Rio Curipi, Rio Urukauá, Rio Uaçá e BR156). O objetivo das oficinas era fazer levantamentos dos acontecimentos que as comunidades indígenas enfrentavam e como superá-las no futuro, assim conseguiram um levantamento por eixos temáticos para construção de diretrizes e ações estratégicas visando alcançar uma boa qualidade de vida, social e ambiental correta. Dessa forma, o plano de vida dos povos indígenas de Oiapoque foi legitimado pelos índios em fevereiro de 2009, no âmbito da XIII Assembléia de avaliação dos povos indígenas do Oiapoque, realizada na aldeia Ahumã BR 156. Isso foi mais uma conquista na vida dos povos indígena do Oiapoque, onde hoje eles tem um guia didático para seus projetos de vida no presentes e para o futuro.

Portanto, como se percebe nos relatos e pontos destacados acima, as lideranças indígenas estão bem organizadas e articuladas. Politicamente estão ganhando cada vez mais espaço para tratar das questões mais importantes. Logo, as lideranças afirmam que “atualmente, nossa principal e mais abrangente representação política é o conselho dos caciques dos povos indígenas do Oiapoque (CCPIO), composto pelos caciques das 39 aldeias e outras importantes lideranças” (MAZUREK, 2013, p. 11).

Também nos dias atuais os povos indígenas estão mais representados tanto em nível estadual como federal. Existe representação indígenas escolas indígenas, posto de saúde e organizações representativas do estado como, por exemplo: Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), Núcleo de Educação Indígena (NEI), Casa de saúde indígena (CASAI), FUNAI, entre outros.

Apesar da organização política bem estruturada, é importante destacar, que os povos indígenas da região de Oiapoque, ainda estão enfrentando alguns obstáculos, como: o crescimento da população no entorno da área indígena, invasão para extração de madeira, caça e pesca, bem como a pavimentação da BR-156, construção da ponte binacional, chegada da internet banda larga e outros que podem gerar impactos socioculturais e ambientais negativos.

Diante do exposto, se percebe que as lideranças dos povos indígenas da região de Oiapoque estão politicamente organizadas, porém, ainda têm algumas barreiras a enfrentar, ou seja, alguns projetos de futuro ainda estão em processo de conquista, onde a cada dia requer atuação em massa das lideranças no movimento organizado.

4. O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NA REGIÃO DE OIAPOQUE

O presente tópico trata do início da participação das mulheres indígenas de Oiapoque no movimento indígena. Como foi destacado acima, o início do movimento indígena no Oiapoque se deu com as realizações das grandes assembleias dos povos indígenas de Oiapoque, onde contaram com a participação das quatro etnias da região, sendo elas: Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi Kalinã e Palikur. Então, em meados dos anos de 1970 os grandes líderes eram os homens, com as falas e decisões, enquanto que as mulheres ficavam somente nas conversas paralelas, na parte do serviço da cozinha e cuidando da família. Era sempre assim, elas não tinham vez nem voz para expressar suas ideias ou sentimentos nessa época.

Já nos anos 80, com a chegada de uma missionária do CIMI, conhecida como irmã Rebeca Spires, foi que começou a participação e envolvimento das mulheres indígenas dentro do movimento indígena, primeiro com suas pequenas reuniões realizadas nos rios Uaçá, Urukauá e Curipi, sendo que no rio Urukauá tinha que ter tradutor porque as mulheres não falavam a língua *patois*, nem português, falavam somente a língua Palikur (*parikwaki*).

Em todos os encontros as mulheres sempre conversavam sobre seus problemas familiares e trabalhos do dia-a-dia, tanto de casa como da roça, era um momento onde as mulheres trocavam ideias acerca das dificuldades enfrentadas. Com o passar do tempo, através do pedido das mulheres, o CIMI ofertou alguns cursos específicos para as mulheres indígenas, tais como: corte costura e pintura com desenhos no pano.

Logo o primeiro curso que o CIMI conseguiu realizar foi de corte costura. Na época as mulheres mais velhas, como dona Alexandrina, conhecida como Xandoca, dona Hilária, dona Joaquina e Alice, todas da etnia Karipuna, foram as primeiras participantes do curso. Então esses cursos eram realizados na cidade de Oiapoque com duração de um mês e meio na casa do CIMI, com direito a certificados, e assim que terminavam os cursos as mesmas retornavam para suas aldeias.

Após os cursos, foram acontecendo encontros maiores com as mulheres, como: estudo religioso, social, e principalmente sobre o papel da mulher na sociedade indígena. Tudo isso foi uma base da organização das mulheres, tanto é que naquele período, os encontros eram denominados de encontro de *fam* que *fam* (mulher com mulher), onde no final dos encontros elas faziam relatórios e álbuns de fotografias.

Esses encontros foram sendo de grande importância para as mulheres indígenas, porque foi a partir daí que elas foram ganhando seu espaço na sociedade, com desenvolvimento de trabalhos dignos e após esses encontros as mulheres retornavam para sua comunidade bem felizes e firmes, elas retornavam com muitas ideias boas para trabalhar e ajudar seus maridos na renda de casa com os trabalhos de corte costura.

Na época as mulheres não tinham a ideia de criar uma associação, pois elas estavam conformadas com os encontros realizados, isso fazia com que elas se sentissem dignas como mulher.

Então, a ideia de fundar uma associação de mulheres indígenas partiu de um servidor da FUNAI, sendo que o mesmo não poderia criar uma associação indígena sem autorização e apoio das mulheres. Logo, a irmã Rebeca ao perceber a ideia do servidor, resolveu unir as mulheres para discutir sobre a criação de uma associação. As mesmas se reuniram e, conversando sobre a possibilidade de criação, organizaram e realizaram uma grande assembleia geral na cidade de Oiapoque, no salão paroquial, na casa do CIMI, com a presença de 29 mulheres indígenas das quatro etnias. E nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006 fundaram a referida associação.

Durante esses três dias aprovaram o estatuto, nomearam o membro da diretoria e conselho fiscal, no mesmo ano a associação foi registrada com o nome de Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM).

Nesse sentido, destaco um dos primeiros trabalhos positivos que a AMIM realizou com as mulheres indígenas no ano de 2009, onde, em parceria com a FUNAI e RURAP, executou uma oficina de plantas medicinais com participação das mulheres indígenas residentes nas aldeias da BR 156, sendo que a oficina foi realizada na aldeia Tukay, km 90, e foi muito importante porque o evento contou com a parte teórica e parte prática.

Ainda em 2009 as mulheres conseguiram como doação de uma candidata a deputada estadual nove máquinas de corte costuras, um computador de mesa e uma impressora. Já em 2011 a AMIM, em parceria com o Museu Kuahí, realizaram uma oficina de joalheria artesanal com as mulheres das quatro etnias de Oiapoque, a mesma

teve a durabilidade de três dias realizada na aldeia Manga, onde na culminância foi realizada uma exposição do trabalho das mulheres.

Atualmente as mulheres estão bem organizadas tanto política como socialmente, e cada vez mais ganhando seus espaços na sociedade de forma justa, pois, muitas mulheres indígenas são funcionárias públicas, artesãs, agricultoras, parteiras, costureiras, etc.

Nota-se também que algumas mulheres estão assumindo cargos dentro da organização social indígena. Algumas são cacicas e estão participando em massa do movimento indígena local, regional e nacional.

Portanto, essa atuação em massa das mulheres indígenas de Oiapoque, no movimento indígena, tem gerado um grande fruto para as mulheres. Sendo este a criação da AMIM, uma associação de mulheres indígena em Oiapoque. Ressalto que após a criação da associação, as mulheres indígenas estão interagindo e centradas em vários aspectos sociais, tanto que atualmente algumas dessas mulheres fazem parte do movimento indígena em nível local e nacional. São mulheres guerreiras lutadoras sem medo de defender seus direitos no qual foi-lhes permitido na Constituição Federal.

Portanto, nos dias atuais elas têm muita coragem de participar de qualquer acontecimento que envolve os povos indígenas do Brasil. Também já houve mulheres candidatas a vereadora, e mulheres no poder em secretarias, coordenações, entre outros cargos de grande responsabilidade. Fica evidente que as mulheres irão continuar cada vez mais lutando pela garantia de seus direitos.

A referida associação facilitou mais os encontros das mulheres, pois, atualmente elas realizam reuniões, assembleias, oficinas e cursos. Todos esses eventos ajudam na aproximação e nos encontros interculturais de mulheres indígenas de várias etnias do Brasil.

O público de mulheres que participam dos encontros é bem diverso, ou seja, participam mulheres idosas, senhoras e jovens e é de admirar o que essas mulheres conseguem construir em união, o poder que elas têm nos dias atuais se torna uma grande força para superar as coisas negativas que elas sofreram no passado, quando não podiam expressar suas ideias e sentimentos. Hoje elas não ficam em silêncio ou somente cuidando das comidas nos encontros e assembleias indígenas. Essas são as mulheres que nos anos 1970 só olhavam de longe as reuniões dos homens e agora estão atuando significativamente na construção de um movimento indígena plural e mais forte.

5. A CONCEPÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MUTIRÃO (AMIM) E CONCLUSÃO DO TRABALHO

A presente seção contém os resultados obtidos por meio da coleta dos dados. A técnica de coleta de dados foi realizada através de entrevista semi-estruturada com mulheres que já assumiram o cargo de presidentes dentro da organização. A pesquisa foi aplicada a um universo de 3 participantes, nomeadas durante a análise dos dados de Presidente A, B e C.

Diante da atuação em massa das mulheres indígenas dentro do movimento, o que resultou na criação de uma associação de mulheres indígenas do município de Oiapoque, faz-se necessário investigar como está organizada a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM). No sentido de averiguar a história e a importância do movimento das mulheres indígenas de Oiapoque, articulada na Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM.

Partindo da seguinte indagação: Como surgiu a ideia de vocês mulheres se organizarem e fazerem parte do movimento indígena? E como surgiu a ideia de fundar uma associação de mulheres indígenas? As 3 relataram que:

A ideia foi porque as mulheres, elas sempre tinham pouca voz nas assembleias, eram poucas, então a gente não tinha a ideia da mulher fixa numa assembleia e em outros movimentos [...]. Então a associação, ela surgiu com essa necessidade da gente *tá* dentro do movimento, fazer parte, colocar nossas ideias, que as mulheres tinham boas ideias, mas não podiam ser colocadas [...], as mulheres elas tinham uma necessidade que não *eram vista* pelas lideranças [...]. (Presidente A)

A gente por ver muita coisa acontecendo na nossa aldeia, nas nossas terras, muitas coisas que a gente assim, fora a gente tinha vontade de dar opinião, da ideia para outros caciques que tava em frente, a gente também queria entrar pra mostrar que a gente tinha conhecimento das coisas que tava acontecendo, então foi aí que surgiu a ideia pra gente entrar e fazer parte do movimento indígena, dessa questão que a gente queria ter mais participação das mulheres, aí então foi aí que surgiu a ideia da gente fundar a associação [...]. (Presidente B)

[...] o trabalho da associação das mulheres indígenas começou primeiro com a ideia da irmã Rebeca que começou. Que nós mulheres indígenas não tinha como desenvolver um trabalho, sempre a gente ficava na casa, cuidar dos nossos filhos, da nossa casa, a gente não tinha vez e era muito triste a nossa situação. A gente não sabia como buscar os nossos direitos e aí veio a irmã Rebeca e começou a conversar com a mulherada [...]. (Presidente C)

Conforme o exposto pelas entrevistadas verifica-se que as presidentes são unânimes quando dizem que o principal motivo de se envolver no movimento indígena

foi devido à falta de oportunidade, de não ter vez para falar em uma reunião/assembleia, ou seja, elas não tinham o direito de dar sua opinião e isso foi o principal motivo que levou as mulheres indígenas do município de Oiapoque a se unir e criar a associação das mulheres indígenas em mutirão (AMIM). Então a partir do momento que as mulheres começaram a ingressar no movimento com bastante intensidade, estando presentes em reuniões locais, regionais e nacionais, elas começaram a ter espaço para expressar suas opiniões e fazer parte nas tomadas de decisões juntamente com as lideranças masculinas.

Nesse sentido, é evidente que a AMIM é uma associação de grande importância para as mulheres indígenas do município de Oiapoque, pois trata-se aqui de reformular o papel da mulher indígena no movimento de resistência indígena.

Quando foram questionadas sobre a importância da associação para as mulheres, a presidente C afirmou que: “A importância pra nós mulheres indígenas pra mim poder discutir também sobre as questões indígenas, poder dar opinião dentro de uma assembleia de uma reunião geral, poder ir discutir em Macapá esses outros lugares[...]”. Da mesma forma argumenta a presidente A, quando afirma “[...] *é importante o trabalho das mulheres dentro do movimento de mulheres, onde que tem muitas mulheres, muita ideia que a gente tem de trabalhar junto e aí até que nós pensamos de fundar uma associação [...]*”.

A resposta da presidente C é bem parecida com a resposta da presidente B, onde as mesmas afirmam que naquela época não tinham o direito de dar opinião nas reuniões, o que se entende que naquela época as mulheres sofriam um tipo de exclusão. No caso da presidente “A” não ficou muito claro a ideia, onde a mesma argumentou: “no momento que a gente ia ta muito unidas conversando sobre muitas coisas que a gente tem dentro da comunidade, que só mulheres podem saber só mulheres sentem”. No entanto, o que se pode induzir nesse comentário, é que as mulheres necessitavam de um espaço feminino de reivindicações, de aglutinação, de conversas e ideias de interesse comum das mulheres. Nesse sentido, entende-se que as mulheres sentiam a necessidade de fazer parte nas tomadas de decisão, de dar opinião sobre a situação das mulheres, de falar o que elas estavam sentindo, e não tinham espaço.

De acordo com a resposta se percebe a importância da AMIM, para que as mulheres tenham privacidade em discutir assuntos que são de importância para as mesmas, principalmente pelo direito de liberdade de ter seu espaço nas reuniões e dar sua opinião. Apesar dos problemas que as mulheres enfrentaram ao longo dos anos, elas

não desanimaram, sendo sempre persistentes na luta por garantia de seu espaço dentro do movimento indígena, onde atualmente estão participando em qualquer tipo de reunião, sem medo e impedimento de se expressar.

Com relação aos questionamentos de Como vocês se organizam politicamente dentro da AMIM, e como vocês se organizam com as mulheres associadas? Obteve o seguinte resultado:

Então, no período em que eu estava na luta junto com as mulheres, a gente tentou organizar como uma associação com todos os direitos de presidente de tesoureiro. Nessa questão todas as mulheres associadas com certeza, com as verbas e tudo da associação pra ajudar, então a gente conseguiu um número de mulheres muito grande para ser associadas, então nós tínhamos esse número, a gente tava com umas 80 mulheres associadas nesse período e todas pagavam direitinho, que foi a questão da construção do local, do material pra gente organizar pra presidente poder pelo menos sair. (Presidente A).

A Presidente B alega que:

A gente se organiza discutindo sobre o trabalho dentro da associação como a gente vai debater certas questões e com as outras mulheres, assim a gente vai buscando conversando com elas, levando conhecimento, conversando com elas qual é nossos direitos, como nós devemos entrar nesse movimento pra defender nossa terra indígena, defender nossos direitos. Então aí a gente se organiza dessa maneira conversando com as mulheres.

Logo a presidente C reforça com a seguinte colocação:

Olha, dentro da associação, depois que foi fundada a associação da AMIM aí nós começamos a trabalhar com uma diretoria aí depois nós começamos a fazer as reuniões com as mulheres e aí nós tivemos a ideia de cada associada pagar a associação, porque assim que nós devemos ter um bom trabalho. Ser associado, pagar todos mês pra gente poder trabalhar. Então essa ideia que surgiu a gente teve umas reuniões com as mulheres para passar para as mulheres como nós devemos trabalhar. Porque uma associação hoje em dia a gente tem de pensar como trabalhar e tem que ter associados porque se não for assim a gente não pode desenvolver um trabalho.

Fica evidente que a associação está organizada de acordo com as normas legais, pois a mesma é composta por uma presidente vice-presidente, secretaria vice- secretaria, tesoureira, vice-tesoureira e conselho fiscal, também conta com mulheres associadas das quatro etnias. A mesma é uma entidade civil sem fins lucrativos, com seus objetivos compostos em estatuto, pois, de acordo com o estatuto a associação é por natureza uma entidade de luta pela igualdade, valorização, liberdade, autonomia e defesa dos direitos das mulheres indígenas sem discriminação de credo religioso, opção política, etnia e outros.

Vale ressaltar que a associação já teve três vezes mudança na diretoria, agora esta na quarta presidente à frente do trabalho das mulheres Indígenas de Oiapoque. Agora com algumas mudanças na equipe de trabalho da AMIM, espera-se que continue com bastante firmeza e realizando anualmente as assembleias de mulheres indígenas, tanto é que agora as associadas ficaram mais animadas depois desta assembleia que aconteceu na aldeia Açaizal.

Para melhor desenvolvimento dos trabalhos dentro da associação as mulheres associadas pagam uma taxa, e este dinheiro serve para ser aplicado em alguma necessidade de interesse das mulheres e principalmente para custear algum evento organizado pelas mulheres, como: assembleia, encontro de mulheres, cursos e reuniões em geral.

No que diz respeito, ao questionamento de Qual o tipo de apoio que vocês recebem do governo de parceiros para desenvolver seus trabalhos dentro da AMIM? A presidente A afirmou que: “[...] quando eu me candidatei pra presidente da associação eu não consegui me eleger [...] e quando eu consegui a segunda vez que eu fui eleita eu já não pude mais fazer nada porque eu passei no concurso [...]”.

Nota-se nessa fala que a presidente A não teve o mérito de desenvolver um trabalho por conta de não poder permanecer na presidência. Enquanto que a presidente B diz que, “O apoio vem através de projeto pra reuniões, aí a gente tem apoio, mas assim é pouco ainda, mas a questão de ajuda são esses aí só através de projeto”.

De acordo com a resposta da presidente B se percebe que é pouco o apoio que a associação recebe do governo, sendo que a presidente C acaba afirmando que:

[...] a gente faz uma reunião pra conversar com as mulheres qual o tipo de ajuda que nós devemos pedir do governo pra poder nos ajudar [...] o tipo de ajuda que a gente sempre pede é uma ajuda de combustível pra deslocar as mulheres, negócio de alimentação e a gente tá trabalhando em cima disso [...].

Conforme as presidentes B e C, fica esclarecido que a associação não recebe tanto apoio para realização dos eventos. Na realidade a associação não tem tantos parceiros para dar apoio e realizar grandes projetos, o que dá a entender que a AMIM ainda é uma associação que está em fase de organização, com algumas dificuldades, com relação a realização de grandes projetos para conseguir recursos para desenvolver algum tipo de trabalho em benefício das mulheres indígenas do município de Oiapoque, porém, fica claro que as mulheres que são envolvidas no movimento estão na luta

fazendo o possível para que um dia essa a associação seja bem reconhecida e sucedida, desenvolvendo projetos em benefício de toda a população indígena do Oiapoque.

A falta de apoio para que seja desenvolvido um bom trabalho dentro da AMIM, gira em torno dos problemas que a associação vem enfrentando desde sua criação até os dias atuais. Tais problemas podem ser identificados quando as presidentes foram questionadas sobre “Quais os maiores problemas que a associação vem enfrentando desde sua criação até os dias atuais?”. A presidente “A” ressalta: “No começo, a gente não enfrentou assim tanta dificuldade na organização, porque nós tínhamos parceiros, como o CIMI, que cederam o local pra gente e tudo, uma ajuda na documentação [...]”. Portanto, a presidente A, na sua gestão não enfrentou tanta dificuldade, no que diz respeito à organização da AMIM, isso fica justificado que foi pelo fato de a associação estar em fase de início de organização. Então, inicialmente o CIMI, como sempre, deu bastante apoio para que desse certo a questão da parte administrativa.

Já a presidente B encontrou dificuldade com relação a questão financeira, pois, nesta fase a AMIM já estava funcionando e não tinha ajuda financeira para desenvolver um bom trabalho, como se percebe na fala da entrevistada: “Assim, por exemplo, falta de ajuda pra ela ter mais movimento dentro dela, falta de verbas pra ela poder crescer. É isso que tá faltando, que quase ela não tem ajuda, então é isso que tá faltando, ajuda mesmo do governo”.

A concepção da presidente C é totalmente diferente das demais, onde a mesma encontra dificuldade na questão de se articular para fazer visitas em outras aldeias, como a mesma esclarece:

Ah, esse aí é uma coisa assim que eu posso te dizer que nós estamos enfrentando muitas coisas, porque não é fácil na frente duma associação, né?Pra gente conseguir as coisas a gente enfrenta muitas coisas. Se por acaso eu como presidente da associação, representando as quatro etnias, se eu for só ficar dentro da minha comunidade, não sair pra buscar um pouco de ter essa amizade de conhecimento, de buscar como nós devemos desenvolver nosso trabalho a gente não consegue nada, a gente tá enfrentando assim um trabalho, posso dizer que tem muita dificuldade [...].

Para reforçar a resposta das presidentes, irmã Rebeca afirma que no primeiro ano a AMIM enfrentou um grande desafio, sem nenhuma verba e sem nenhum projeto de fora. Ao longo desses anos a associação teve seus altos e baixos e crises, mas, com o passar do tempo foi tomando rumo. A mesma já contou com quatro experiências de mulheres na presidência lutando pela melhoria e direito das mulheres indígenas.

Desde o início de sua criação a associação tem passado por sérios problemas, como falta de apoio financeiro para desenvolver seus trabalhos, porém, aos poucos foi

superando, tanto é que nesses últimos tempos, novamente a associação estava um pouco enfraquecida, pelo fato de não ter nenhum projeto de trabalho e nem acontecimento de reuniões junto às mulheres, sendo que a associação não tem uma sede de funcionamento própria. O que pode ser uma justificativa para o enfraquecimento e não andamento de trabalho dos membros da diretoria da AMIM.

Nesse caso fica tudo mais difícil de encontrar com a presidente para questionar a falta de reuniões ou assembleias, para saber como estão os trabalhos da associação, até as associadas pararam de contribuir com a AMIM, porque a direção estava muito dispersa, então tudo isso estava acontecendo na associação.

Já a partir do ano de 2015, com a ajuda do Iepé, centrado no município de Oiapoque, as mulheres começaram a se unir e rever novamente a questão da associação, as mesmas disseram “nós não podemos deixar que a associação enfraqueça desse jeito, então vamos fazer alguma coisa”.

Apesar de a associação ter enfrentado uma série de problemas, ela também teve seus resultados satisfatórios, ou seja, conquistas que só foram possíveis após a criação da associação, onde primeiramente teve o mérito de organizar a parte administrativa da (AMIM), como bem esclarecido pela presidente A, quando foi indagada sobre, Qual o maior resultado, que através da associação, vocês mulheres indígenas já conseguiram. Nesse caso, obteve-se a seguinte resposta:

Primeiro é que a gente conseguiu organizar uma associação. Já temos várias mulheres agora dentro do movimento, temos mulheres cacique, nesse período que só era eu, que logo comecei como cacique no meio de 40 homens e tudo e agora a gente ver tem várias mulheres lideranças. Então foi um bom resultado a organização né? Mesmo politicamente eu não sei como ela (A AMIM) tá, mas pra comunidade pras mulheres ela tá bem.

Percebe-se na fala da entrevistada que, um dos resultados satisfatórios foi a questão do envolvimento de mais mulheres que passaram a se inserir dentro do movimento indígena e isso tem como resultado a maior participação de mais mulheres como lideranças e caciques.

Já a presidente B afirma que um dos resultados satisfatórios “Foi só as oficinas de corte e costura que a gente recebeu, as máquinas eu acredito que foi só isso, poucas coisas também, mas que teve maior resultado foi essa questão da oficina de corte e costura”.

A presidente B, em sua concepção vê o resultado como algo que beneficiou as mulheres, que neste caso foi um curso de grande importância, onde várias mulheres participaram e tiveram a honra de aprender e produzir peças que acabou gerando renda financeira para várias famílias.

A presidente C nada de resultado relatou, somente enfatizou sobre as presidentes que assumiram a Associação, onde disse que todas as presidentes fizeram um bom trabalho, porém, não relatou nem um resultado satisfatório.

Vale ressaltar, que nem uma das entrevistadas enfatizou sobre alguns resultados que considero importantes para as mulheres, pois só foram possíveis e realizáveis após a criação da associação, como por exemplo: maior envolvimento das mulheres indígenas dentro do movimento, o que levou algumas ao posto de caciques nas suas aldeias.

Outro resultado importante foram as assembleias de mulheres que já foram realizadas, pois, recentemente aconteceu na aldeia açaiçal, a 6ª assembleia de mulheres indígenas.

Por ter atuado na Associação, percebo como necessário fazer um breve relato de como aconteceu, nesse caso a Assembleia geral da AMIM, realizada na aldeia Açaiçal, rio Curipi, terra indígena Uaçá.

A referida assembleia foi para organizar a questão de mudança do membro da diretoria e apresentar para as demais mulheres participantes da AMIM a situação que estava naquele momento. A assembleia aconteceu nos dias 04 e 05 do mês de Setembro de 2015, com a participação das mulheres das quatro etnias do Oiapoque e outras mulheres indígenas de Altamira, parque do Tumucumaque e Wajãpi.

Posso afirmar que essa assembleia foi muito bem organizada, tanto que a AMIM juntamente com os parceiros, como IEPÉ e FUNAI, conseguiram trazer outras mulheres indígenas de outro estado para participar da assembleia. O evento contou com a participação de aproximadamente 130 mulheres indígenas.

Houve mudança somente da secretaria, tesoureira e conselho fiscal, a presidente e a vice continuaram as mesmas, sendo elas, senhora Creuza dos Santos como primeira presidente e senhora Bernadete como vice presidente da AMIM.

Posso afirmar que a associação está bem viva, mesmo com seus altos e baixos as mulheres não deixam enfraquecer totalmente, elas lutaram tanto para ter um espaço com o intuito de serem vistas e ouvidas. É importante afirmar, que a associação estava um pouco parada, mas, com uma boa ajuda ela funciona muito bem, é só questão de incentivo e ajuda financeira para poder continuarem lutando pelos seus direitos e objetivos de mulher.

Finalizando esta seção, quando as participantes da pesquisa foram questionadas sobre “Como era o envolvimento das mulheres dentro do movimento indígena antes da criação da associação e como é atualmente”, a presidente A argumentou o seguinte:

Antes a gente não tinha uma organização, mas as mulheres começaram a se organizar com a ajuda do CIMI, então todo ano a gente tinha encontro, aliás, era 2 encontros, o *maiuhi bõ nuvel que* reunia tanto mulheres e jovens e tínhamos outro encontro só de mulheres também, que aí surgiram essas ideias de ver as dificuldades das mulheres na comunidade, de mãe, de esposa e tudo, então foram criados vários cursos corte e costura, pintura e trabalho com artesanato, então gerou uma renda, tem muita gente hoje em dia que conseguiu ficar com esse trabalho de corte costura que conseguiu melhorar a situação. O CIMI ajudou bastante, dava o material, máquina e tudo. Então não era uma associação ainda, mas as mulheres já se organizavam nesse sentido e daí melhorou muito, que a gente passou pra dentro do movimento, tanto estadual como nacional, nós temos as nossas mulheres que são todas envolvidas, então daí que a gente deu esse ponta pé, que foi muito bom que as mulheres agora são em tudo o que é movimento, como parte de liderança também, então foi importante por isso que daí que a gente cresceu muito, as mulheres, eu não sei dentro da associação, mas assim, dentro do movimento a gente tá bem forte.

No tocante a presidente B, ela afirma que:

Antes elas não chegavam assim em nada antes, elas não tinham quase conhecimento da causa indígena, elas tinham medo, tinham vergonha de dar opinião, ir numa reunião, já pra hoje não, depois que formou a associação elas já vieram a ouvir mais como são as coisas dentro da nossa terra, então elas já se movimentam mais, elas já trocam ideias, já dão opiniões, já tem vontade de participar de uma assembleia pra trocar ideias, pra ajudar o povo.

Já a presidente C foi bem firme na sua resposta quando afirma que,

Antigamente era muito assim diferente. A diferença pra hoje pra gente comparar, antigamente a gente não tinha essa oportunidade que a gente tá tendo hoje. Antigamente não, a gente não tinha essa liberdade de vim participar das reuniões e era muito triste a situação das mulheres. Mas hoje não, hoje numa reunião, numa assembleia vai bastante mulher, os homens já são entendendo os nossos problemas e hoje eu posso dizer que nós estamos de parabéns, que tá melhorando bastante o desenvolvimento indígena como mulheres indígenas, já tem cacique mulher, conselheira, então a gente tá vendo que tá melhorando, então é por isso que a gente tá na luta né? A associação não pode parar. A gente tem de encarar qualquer problema e resolver os problemas junto com os homens.

Portanto, as mulheres indígenas antes da criação da AMIM, não tinham todo esse privilégio que atualmente elas têm, na realidade foi justamente por perceberem essa ausência de não participar do movimento indígena juntamente com os homens é que passaram a ter essa iniciativa de começar a se inserir no movimento, o que acabou resultando na criação da associação de mulheres indígenas. E diante disso começaram a ter cada vez mais força, pois, as mulheres indígenas hoje, após a criação da associação, elas têm bastante poder diante de um homem, pelo fato de poder se expressar e de fazer parte de uma organização social.

Nos dias de hoje participam praticamente de todos os eventos que acontecem a respeito do movimento indígena, porque sabem que nesses momentos são discutidos

assuntos que também dizem respeito a elas, são assuntos como: educação, saúde, território, entre outros. Portanto, a associação é de suma importância para que as mulheres possam se organizar e articular suas ideias de forma melhor.

Desta forma, com todos os dados obtidos por meio das entrevistas e pesquisas realizadas, foi possível evidenciar que as mulheres indígenas da região de Oiapoque passaram por grandes problemas até chegarem onde hoje estão, ou seja, se antes as mulheres indígenas não tinham oportunidade de expressar suas ideias, na qual não participavam de reuniões/assembleias e outros eventos ligados ao movimento indígena, atualmente tem várias mulheres indígenas que são caciques e lideranças que participam de reuniões em qualquer nível. Nesse caso, evidencia-se que essa grande mudança que ocorreu no cenário do movimento indígena, que foi a participação em massa da mulherada, tem aumentado após a criação da (AMIM), o que justifica que a associação é uma entidade de grande importância para as mulheres indígenas do município de Oiapoque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ugo Maia. **TURÉ dos povos indígenas do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, IEPÉ, 2009.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

GALLOS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Fajardo. **Os povos indígenas no Amapá e norte do Pará**. 2ª edição, Rio de Janeiro. Ponto de cultura “arte e vida dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará”(Iepé e Iphan-MinC), 2009.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MAZUREK, Rosélis Remor de Souza. **Programa de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Oiapoque**. Belém: The Nature Conservancy, 2013.

MENSAGEIRO. Belém: edição nº 105, julho-agosto, 1997. 27 páginas.

_____ Belém: edição nº 149, janeiro-fevereiro, 2005. 27 páginas.

MUNDURUKU, Daniel. **O Caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da rocha. **A Presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade; LACED Museu Nacional, 2006.

RELATÓRIO, Assembleia dos chefes e representantes dos povos indígenas da região de Oiapoque. 1^a assembleia , Aldeia Kumarumã, 1976.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No Bom da Festa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ANEXO I: Ata da Assembleia de criação da Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão.